

IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS E POLÍTICAS DE LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL E NO MÉXICO

Claudia Cecilia Martínez Rivas
Mestrado/UFF
Orientador: Xoán Carlos Lagares Diez

Em 2010, existem no México 68 povos com 364 variantes de línguas indígenas classificadas em 11 famílias linguísticas, o que posiciona o país dentre os que tem um maior número de línguas vivas. Segundo o INEGI (Instituto Nacional de Estadística e Geografía), a população indígena do país nesse ano se calcula em 14,86 por cento e quase 7 milhões falam alguma língua indígena, ou seja o 6,7 por cento da população total. As principais línguas indígenas faladas no território são o *nahuatl*, o *maya*, o *mixteco* e o *tseltal*. No Brasil, no censo realizado em 2010 se registram 305 povos com 896,917 mil pessoas que se declaram pertencentes à alguma etnia, se registram 274 línguas indígenas faladas por 57,3% da população indígena, e um dato que ressalta à vista é que 28,8% não falam português.ⁱ

De fato, encontramos dois casos –em termos gerais- de diversidade étnica e linguística viva e presente nas sociedades brasileira e mexicana desde antes da conquista portuguesa e espanhola respectivamente. Embora, falar em dois casos não significa a redução dos povos indígenas a só duas etnias, nem de dois países que se podem comparar simetricamente, tentamos encontrar os pontos de contato dos dois países na sua relação histórica como povos colonizados.

Uma perspectiva histórica da época da colônia até a década de oitenta é fundamental para entender as representações do indígena nas sociedades hegemônicas contemporâneasⁱⁱ, e como a partir dessas representações se lida com a questão da heterogeneidade linguística, não só no plano institucional, quanto no plano autônomo. Nesse sentido, vemos à necessidade de reconhecer os processos nas mudanças sociais como dinâmicos e flexíveis. Se considerarmos a interação entre os povos indígenas com as sociedades colonizadoras, podemos ver que as teorias sobre a questão indígena desde

o século XVI tiveram posturas radicais e dicotômicas em quanto as relações de dominação e submissão de uns sobre os outros.

Por outro lado, se pensarmos nas políticas de linguagem concebidas desde o estado e implementadas em diferentes partes do mundo entre os anos 60 e 70, podemos observar que a maior parte delas estão baseadas em modelos tecnocratas que atendiam a perspectivas da linguística teórica ortodoxa, na qual a noção de língua é um objeto de estudo desvinculado do falante e das dinâmicas sociais que envolvem os fenômenos linguísticos (HAMEL, 1993; ORLANDI, 1990; MOITA LOPEZ, 2006, et al.). É só no fim da década de setenta e no começo de oitenta que surgem novas perspectivas e modelos de planejamento linguístico com base nas teorias antropológicas e sociológicas desenvolvidas na área da sociolinguística, e do que mais tarde seria denominado como linguística aplicada. É também a partir da década de oitenta que vários países em América latina adotam políticas neoliberais que intensificaram as concepções do mundo capitalista ocidental, modificando as diversas realidades dos estados latinoamericanos independentes nas relações econômicas, e por tanto nas relações culturais.

Enrique Hamel, (1993) em relação aos estudos em políticas de linguagem na América Latina aponta que

De hecho, los modelos establecidos no se han distinguido precisamente por un concepto del lenguaje como acción social y discurso relacionados con el poder, como lugar de conflicto y confrontación ideológica, donde las tensiones entre significado semántico y acción pragmática, entre constitución, reproducción y transformación de las significaciones sociales se refleje en toda su complejidad. (HAMEL,1993: 7)

A análise das políticas em questão, configura-se então no conjunto das teorias que buscam explicar os fenômenos sociais acompanhando os processos históricos das lutas de reivindicação dos direitos dos povos indígenas em relação às culturas linguísticas dominantes em cada país, isto é, do espanhol no caso mexicano e do português no caso brasileiro.

As ideologias linguísticas

Tudo processo linguístico esta associado à determinadas construções ideológicas que podem ser percebidas a partir das praticas políticas sobre o uso das línguas, sobre o papel ou sobre o status que as línguas tem na sociedade.

Deste modo, as pesquisas que envolvem as ideologias linguísticas, como ferramenta de análise dos conflitos linguísticos em diferentes partes do mundo, são também essenciais para a nossa análise sobre os casos mexicano e brasileiro; assim por exemplo, na ideologia do liberalismo linguístico, Lagares (2011; 2013) propõe um olhar crítico das ideologias que sustentam tradicionalmente a legitimação das línguas hegemônicas, o português e o espanhol frente às línguas minoritárias na Espanha e no Brasil. Na área da antropologia linguística e dos estudos aplicados de linguagem, há vários autores que trabalham com a noção de ideologias linguísticas da tradição da sociolinguística americana Kroskrity (2000), Irving e Gal (2000), Del Valle (2007), Woolard (2007), mais recentemente no Brasil, Moita Lopes (2013), Lagares (2013) entre outros.

Para entender como as línguas dominantes se consolidam nas sociedades ocidentais provocando deslegitimar as línguas “minoritárias”, Woolard (2007), no seu artigo sobre a autoridade linguística do espanhol aponta que as ideologias linguísticas fazem visíveis as conexões dinâmicas entre as noções de identidade e comunidade, nação e estado, ou ainda entre moralidade e epistemologia; e enfatiza que “... (as ideologias linguísticas) constituem um instrumento ao serviço não só da interação verbal, mas da ação política e da imposição, fortalecimento e disputa das hierarquias sociais” (WOOLARD, 2007: 129, tradução minha).

Para Kroskrity (2000) por exemplo, a insegurança linguística dos falantes e as funções da linguagem são o ponto de encontro que lhe dá origem ao conceito de ideologias. Kroskrity (2000) reconhece duas definições relevantes propostas pelos autores americanos, Micheal Silverstein y Judith Irvine (2000). Para esses autores, as ideologias linguísticas (IL) seriam o conjunto de crenças articuladas y racionalizadas sobre a estrutura e o uso da linguagem; já a segunda, insiste no caráter sociocultural do sistema de ideias sobre as relações entre linguagem e sociedade em conjunto com interesses morais e políticos específicos. Kroskrity insiste sobre a importância de reconhecer o desafio que implica estudar as IL pois existe uma multiplicidade de perspectivas e de significados entretidos nos diversos grupos atuantes na cena social e política, de aí a necessidade de entender como as IL de grupos específicos são assimiladas a través das forças culturais hegemônicas, como pode ser a grande mídia.

Desde essa perspectiva, não existe um ponto de vista que não seja emitido desde uma postura política. Da mesma forma, Woolard (2007) aponta que as IL deixam à vista

“*los lazos íntimos*” das construções dinâmicas entre as noções de identidade e comunidade, nação e estado, ou ainda moralidade e epistemologia, (WOOLARD, 2007). No seu artigo sobre a autoridade linguística do espanhol e para entender como as línguas dominantes conseguem consolidar-se nas sociedades ocidentais ao ponto de as outras línguas ficarem minimizadas e deslegitimadas, Woolard (2007) propõe estudar as ideologias da autenticidade e do anonimato. A ideologia da autenticidade implica o reconhecimento da expressão genuína da língua numa comunidade concreta e ligada em um lugar específico; e a ideologia do anonimato idealiza uma língua objetiva y estandardizada, universal por não ter uma raiz territorial, naturalizando desse jeito sua autoridade frente à qualquer outra língua ou variante da mesma.

Entendemos junto com os autores Del Valle (2007), Woolard (2007), Kroskrity (2000) e outros, que as ideologias linguísticas são esquemas de saber edificados na intersubjetividade a partir de experiências individuais e coletivas em conjunto com as diversas doutrinas de pensamento institucionalizadas e interiorizadas de maneira consciente ou inconsciente. Assim, é importante dizer que as ideologias fundadas na coletividade são re-assimiladas de forma individual como visão parcial da realidade mesmo se estas foram concebidas nas relações de poder de um ou de vários grupos hegemônicos. Ainda, destacamos a importância da toma de consciência sobre as ideologias linguísticas entendidas dentro da construção e manutenção do projeto dos Estados nação em quanto entidades políticas (PHILIPS, 2012).

Como vimos, as ideologias funcionam como fundamento para detonar ações concretas a partir do momento que são nutridas pela experiência: as ideologias devem ser vistas como “forças ativamente organizadoras e psicologicamente validas” que conformam o terreno onde a sociedade atua e as pessoas se tornam conscientes das suas posições sociais. (WOOLARD, 2007) Do mesmo modo, as ideologias não seriam o simples reflexo das relações subjacentes entre a sociedade e a língua, mas a transformação das relações sociais organizadas e organizadoras pelas mesmas ideologias.

Na mesma lógica, resgatamos do trabalho de Ribeiro da Silva (2007) sobre as ideologias linguísticas o modelo que propõem Shohamy (2006) no qual se considera que as políticas linguísticas atendem mais do que a uma simples projeção do governo a través dos textos oficiais na tentativa de valorizar a(s) língua(s) da nação; na verdade essas políticas manifestam um mecanismo complexo de ideologias e representações

sobre o valor das línguas que atendem sobre tudo aos interesses da sociedade hegemônica, e que colocam uma única língua como dominante. Seguindo Shoamy (2006), Ribeiro da Silva (2007) afirma que “Os mecanismos são os canais por meio do quais as políticas são disseminadas e/ou reproduzidas na sociedade. Portanto, eles incorporam as agendas ocultas da política linguística e atuam em seu funcionamento” (RIBEIRO DA SILVA, 2007: 313).

Concretamente, consideramos que a ideologia linguística pode se encontrar implícita nas práticas e discursos burocráticos como são as instituições de estatística dos países. Nesse sentido concordamos com a reflexão sobre a teoria gramsciana de Susan Philips (2013) ao ressaltar que: “*Lo material y lo ideológico se fusionan en uno; toda acción humana es a la vez material e ideológica.*” (PHILIPS, 2013: 280)

Essa ideologia tem origem na perspectiva do estado colonial ocidental, já em meados do século XIX foram criadas três instituições que mudaram de forma e que se adaptaram aos novos estados independentes de Ásia, África (e América?) ao entrar na lógica da “reprodução mecânica” que segundo a tese de Anderson (1986) sobre as comunidades imaginadas são o censo, o mapa e o museu: “*Estas tres instituciones (...) en conjunto, moldearon profundamente el modo en que el Estado colonial imagino sus dominios: La naturaleza de los seres humanos que gobernaba, la geografía de sus dominios y la legitimidad de su linaje.*” (ANDERSON, 1986: 229). Esse autor, explica a partir do caso da Ásia, como as categorias do censo se tornaram mais visíveis e sobre tudo raciais, tendo uma quantidade enorme de etnias diferentes na Índia, a classificação nos censos da década de 80 aparecia com o rubro geral de “índios” para não ter que desvendar a diversidade de culturas, línguas e religiões que ali coabitavam.

A continuação comentarei de forma geral três ideologias linguísticas que me parecem essenciais na discussão teórica e crítica sobre a diversidade linguística e especificamente sobre as políticas relacionadas às línguas indígenas no Brasil e no México: 1. A ideologia do censo, 2. A ideologia da língua comum e 3. A ideologia do letramento.

A ideologia do censo: a comunidade linguística imaginada

Existe uma preocupação nos dois países por reconhecer sistematicamente a diversidade linguística viva nos seus territórios. A vontade do Estado por saber sobre a

diversidade linguística no seu território, surge em grande parte graças às lutas de resistência dos povos originários que ao longo de mais de meio século foram ganhando força como coletividades organizadas, na busca por reconquistar o seus direitos culturais, linguísticos e territoriais. Conseqüentemente, a necessidade de olhar para as minorias étnicas e linguísticas se expande do nível nacional ao internacional. Os direitos culturais estão na mesa do debate internacional a traves de organismos como a ONU que tentam sistematizar de maneira geral e com uma visão –limitada porem- da grande diversidade de povos, e como que esses povos são discriminados e marginalizados.

Como parte dessa tentativa, os censos demográficos começam a ter indicadores específicos para contabilizar à população indígena, dados sobre os territórios que ocupam, sobre o grau de alfabetização e sobre as línguas faladas no território nacional além das línguas dominantes de cada país.

A tentativa de registrar e catalogar essas línguas -e os seus falantes- é uma ação do governo que considera então necessário nomear os grupos e suas línguas a partir de dados que podem ser históricos ou que podem ser apresentados pela mesma população através de censos. Embora essa iniciativa tenha, em principio, como objetivo o reconhecimento e a divulgação da existência da diversidade linguística, cabe questionar-se sobre qual a noção de “língua” ou de “indígena”, por exemplo, em que se baseiam os censos em termos epistemológicos e ideológicos. Nessa perspectiva, é importante saber se as línguas são concebidas como objetos independentes dos contextos e os usos sociais nos quais são faladas, ou se elas são entendidas como parte de uma construção de realidades diferentes em contextos históricos e sociais em dinamismo. O que resulta interessante é saber até que ponto os censos etnolinguísticos são úteis para reafirmar ou refutar uma certa ideologia em relação as chamadas “minorias étnicas”, quais são os critérios para determinar a identidade étnica?, que sentido de “língua” é usado nos censos? e ainda, esses critérios tem a ver com as representações ou sentidos dados pelos próprios integrantes das comunidades indígenas contabilizadas? ou são estes critérios baseados em uma ideologia determinada e imposta pelo estado a traves de aparatos burocráticos?. Admitindo que a língua não é um objeto independente do contexto, nem do espaço e tempo, e sim uma realidade que se recria, pois a língua é mutável, cabe refletir sobre qual a representação do que é uma língua para cada povo indígena, ou quais são os usos que estes dão às línguas. A classificação baseada na tradição da linguística estrutural –usada na maioria dos parâmetros dos censos oficiais- considera

famílias e troncos linguísticos para contabilizar as “línguas” faladas pelos povos indígenas, por exemplo, no México a língua *totonaca* é considerada na família *yuto-nahua*, a língua *lacandona* da família maia e assim por diante. O que representa essa concepção da linguística tradicional em termos ideológicos?.

Vemos por exemplo, o surgimento de etnias e de línguas que não tinham um espaço na formação da sociedade nacional, línguas que no caso do México, deixaram de ser unicamente a língua maia e a asteca para serem mais de 60 línguas faladas no território; e no caso do Brasil, o conhecimento de mais de 180 línguas além do tupinambá. A visão oficial da realidade linguística no México como no Brasil apresenta-se a través dos censos realizados por instituições governamentais. No México, o INEGI (Instituto Nacional de Estadística y Geografía) e no Brasil o IBEG (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A nosso entender, é preciso revistar os conceitos e os pressupostos nos quais os catálogos e censos das línguas indígenas se baseiam, no intuito de analisar desde uma perspectiva glotopolítica as implicações sociais das iniciativas governamentais por contabilizar as línguas indígenas.

Segundo Marconi e Meinhof (2006), a ideologia do censo no contexto do plurilinguismo na África do sul, é uma perspectiva do estado para contabilizar as línguas e tentar assim ter um controle demográfico e social da população. Nesse estudo, os autores apontam alguns problemas que se suscitam com essa metodologia quantitativa e que se aplicam também ao nosso ver, ao contexto latinoamericano.

1. As línguas indígenas são classificadas de acordo à nomenclatura ocidental que em muitos casos pode não ser a mesma nomenclatura designada pelos próprios falantes, ou pode nem ser considerada uma língua por eles mesmos, e nesse sentido estaríamos falando de línguas imaginadas.

2. Os censos são elaborados na língua oficial do país sem considerar que existe um grande numero de indígenas que não falam ou entendem a língua dominante e oficial (neste caso nem português nem espanhol) e por tanto, não haveria correspondência de informações sobre as línguas faladas pelos indígenas e as línguas oficiais usadas tanto para aplicar o censo como para divulgar os resultados deste.

3. O censo considera as variantes de uma língua indígena partindo de pressupostos da linguística estruturalista em que as línguas são classificadas por famílias e troncos linguísticos; isso é questionável quando sabemos que esses conceitos são tratados por pesquisadores especialistas no tema, ou por funcionários das

instituições encarregadas do tratamento dos dados que pouco ou nada sabem das relações complexas entre os falantes e suas línguas de cada comunidade ou etnia visitada.

Nesse sentido, acrescentamos para o debate, o fato de o censo ser um instrumento de análise institucional que fundamenta os seus conceitos e a sua metodologia numa representação hegemônica da ideologia do Estado nação.

Para nosso estudo, é interessante também como a expansão étnica e cultural dos povos aos territórios vizinhos coloca a dificuldade do Estado de contabilizar as línguas que nem sempre se limitavam às fronteiras oficiais do seu território. Isto mostra uma semelhança com o caso de várias etnias da América Latina, que desde a época da colônia até hoje se expandem pelos territórios traspassando as fronteiras oficiais e que fazem com que o Estado crie *comunidades imaginadas* dentro dos seus limites territoriais, o que a nosso ver, provoca uma ruptura no sentido de representar como minorias étnicas às comunidades que na verdade são maiores em número de população e por tanto existem mais falantes de outras línguas do que o Estado apresenta como realidade a través dos censos nacionais:

De ahí su intolerancia ante las identificaciones múltiples, políticamente “travestidas”, borrosas o cambiantes. De ahí la tenebrosa subcategoría bajo cada grupo racial, de “Otros” que, no obstante, no deben, en absoluto, confundirse con otros “Otros”. La ficción del censo es que todos están incluidos en él, y que cada quien tiene un lugar –y sólo uno- exactamente claro. Nada de fracciones. (ANDERSON, 1986: 231)

Em suma, através dos marcos políticos internacionais e nacionais em torno as línguas indígenas podemos observar como certos parâmetros podem não ser coerentes com os pressupostos ideológicos dos estados que se refletem nos censos sobre população indígena. A ideologia do censo nesse sentido revela uma visão instrumentalista das línguas que não vai além dos dados quantitativos e que esta muito longe de uma análise mais concreta e detalhada do contexto social e político das diferentes realidades linguísticas.

No entanto, nossa intenção com essa reflexão não é desvalorizar o trabalho estatístico que também consideramos é importante para ter uma noção da realidade espacial e histórica que vivemos. Embora os objetivos dos censos sejam claros e concisos, isto é, como ferramentas para melhorar a governabilidade do país a través de

leis, existe sempre uma grande dificuldade para estabelecer os critérios de base para realizar um trabalho que em principio é objetivo. Dentre os problemas mais debatidos existe a dificuldade de estabelecer critérios baseados em uma concepção “tradicional” do que é ser índio, pois atualmente o processo de aculturação ou de apropriação de outras culturas, faz com que resulte obsoleto identificar ao índio pela sua fisionomia, vestimenta, seu lugar de residência ou ainda, por falar uma língua indígena.

Por outro lado, na segunda metade do século XX alguns dos estados latinoamericanos manifestam o interesse em reconhecer a diversidade étnica e linguística a partir das exigências de organismos internacionais como a convenção 169 da organização internacional do trabalho assinada por México em 1990 e por Brasil em 2002. Efetivamente, os indicadores utilizados nos censos para a população indígena são pensados a partir de concepções gerais sobre o que significa ser indígena, como falar uma língua indígena, usar as roupas tradicionais, a localização geográfica e a auto identificação étnica. Estes últimos critérios, junto com o critério linguístico fazem parte de uma análise mais detalhada que não podemos aprofundar neste texto mas que faz parte do trabalho de pesquisa que sustenta esta tese.

A ideologia da língua comum: o panhispanismo e a lusofonia

Pensar a língua como “companheira do império” como pregava o ilustre Antonio de Nebrija na sua gramática da língua espanhola, -publicada no mesmo ano que Cristobal Colombo chegou em América, 1492-, tem trazido para o debate uma serie de questões relacionadas com a dinâmica entre a sociedade, a língua e a cultura, fatores indispensáveis no discurso político. Desde a conformação da língua espanhola como a língua oficial da nação da península ibérica no século... até a sua imposição como língua da coroa nas colônias americanas, a historia tem revelado os diversos contatos entre a língua dos conquistadores espanhóis com as línguas indígenas consolidadas e faladas no longo do território do polo sul até o que hoje é o sul dos Estados Unidos de América na fronteira com o México. Do mesmo modo, a imposição da língua portuguesa no Brasil pelos colonizadores portugueses, é o reflexo de uma historia de conflitos sociais e políticos na luta pelo território e pelo poder. Quinhentos anos depois, a maioria das línguas do continente americano foram submetidas – por não dizer aniquiladas- pela imposição de uma língua nacional, seja o espanhol, seja o português (ou ainda o inglês),

que seria o símbolo da unidade e do progresso das novas nações no caminho para a modernidade tão desejada pelo ocidente europeu já no início do século XVIII. No entanto, as civilizações indígenas desde então na luta pelo território e pelas formas próprias de cultura ancestrais, resistem ao processo de aculturação e à depredação da ideologia neoliberal, através, por exemplo, da reivindicação das suas línguas como parte essencial da sua identidade.

Contudo, qual é o problema de existir (ou imaginar) uma língua comum para unificar as nações? Em primeiro lugar, temos que reconhecer que essas nações não são homogêneas, que existe uma diversidade de povos que conformam as sociedades, que existem outras formas de pensar o mundo. E é a partir dessa diversidade que se recriam outras, e que um dos elementos que distinguem e definem essa diversidade é a língua. Tudo se vê refletido nas línguas, nas variações linguísticas que existem por exemplo entre o espanhol de Madrid e o espanhol de Bogotá, ou entre o espanhol de Bogotá e o espanhol de Honduras, e que em cada lugar existem outras línguas que influenciam esse processo de mudança em continuidade. Agora, a ideologia da língua comum idealiza uma língua que se bem pode unificar as nações, também pode ser o motor da segregação e do controle da população considerada inferior pelo fato de não seguir os padrões hegemônicos nem da própria língua. No Brasil como no México vemos como o português e o espanhol fogem da norma das academias da língua ao aceitar formas orais e escritas das línguas indígenas ou africanas de cada região. Deste modo, quem não fala a língua dominante, oficial e legitimada pelo poder (não só no nível nacional como também de forma internacional: panhispanismo e lusofonia), desenvolve uma conduta que reafirma uma suposta inferioridade, como se o fato de não falar a língua “legítima” fosse uma questão de raça associada diretamente com à língua, e esta seria então um atributo “natural” do ser humano. Assim, pertencer à uma comunidade de fala que não tem representação alguma -ou muito pouco- na sociedade, provoca um sentimento de vergonha nos próprios indígenas de falar em público sua própria língua. A ideologia da língua comum, sustenta uma visão neoliberal da comunicação e da transmissão de saberes, pois ao mesmo tempo que identifica no discurso global a diversidade como uma riqueza a ser preservada, também se constrói como a única língua que tem o direito de entrar no mundo do mercado com um valor determinado na relação de produção e consumo de bens intelectuais e de ganhos materiais. Certamente, isso influi no menosprezo da cultura indígena que é considerada como inferior e “atrasada” por tanto

desvaloriza suas formas coletivas de se organizar e de se repartir o trabalho e os ganhos de forma equitativa; para essa visão capitalista das sociedades modernas, as línguas indígenas representam simples dialetos rústicos, inferiores, que em pouco ou nada contribuem para o desenvolvimento econômico dos projetos dos estados modernos, quando na verdade o que importa é poder expandir –a traves da língua- a lógica de exploração e consumo por cima de qualquer perspectiva mais humana do assunto. Assim, Jose Del Valle (2007) aponta o seguinte no caso do processo hegemônico de internacionalização do espanhol:

Frente a essa visão se promove em Espanha uma ideologia linguística que libera o espanhol das suas ataduras culturais e nacionais para se converter em língua panhispanica, para que saia das fronteiras físicas que delimitam o território nacional específico e para que assuma um caráter expansivo e internacional. (DEL VALLE, 2007: 50)

Hoje a luta pelos direitos culturais e linguísticos dos povos índios, se vê enfraquecida em grande parte pelo discurso do panhispanismo no México e da lusofonia no Brasil como estratégia unificadora da população hispano falante ou luso falante no mundo. Em efeito, no México como no Brasil do século XX e XXI, a diversidade cultural prevalece ante as múltiplas tentativas de homogeneização lançadas desde as esferas mais altas do poder. A idéia da unidade da língua se expressa especificamente na ideologia da língua comum, chamada também de liberalismo linguístico por alguns autores críticos do tema,

A norma linguística nessas situações de hegemonia responde, sobretudo, à construção discursiva e ideológica de uma língua sem ligações históricas ou culturais (...) Essa norma linguística representa a unidade da enorme diversidade do mundo e mesmo dentro da própria língua. Conseguindo que os falantes se identifiquem com o modelo de língua que se apresenta como ideal, consegue-se ao mesmo tempo ganhar sua lealdade para os projetos políticos e econômicos que se expressão nesse idioma. (LAGARES, 2011:187)

A ideologia do letramento: tradição oral ou língua escrita?

É possível observar uma serie de ideologias linguísticas na medida em que a cultura escrita associa-se desde suas origens com relações de poder, para administrar, por exemplo, as riquezas materiais e culturais dos povos originários.

A oralidade como “a forma mais elementar da linguagem humana” é uma forma espontânea –na maioria das vezes- pela qual se estabelece uma comunicação rica e dinâmica, que tem feito possível, ao longo de séculos, a aquisição e a transmissão de crenças, tradições, conhecimentos e histórias que possibilitam, entre outras coisas, a socialização com os outros e com o meio ambiente (CIVALLERO, 2006). Esta capacidade comunicativa particular do ser humano, o define culturalmente recriando identidades individuais e coletivas,

Quizás se considere a la escritura como un paso evolutivo que ha llevado al desarrollo socio- económico y político de muchas civilizaciones, y, por ende, sus etapas anteriores parezcan “inferiores”. La transmisión oral queda pues rodeada de prejuicios e ideas como “secundario”, “imperfecto” e “incompleto” (CIVALLERO, 2006: 3)

Desta forma, os processos de codificação escrita de línguas indígenas respondem à necessidade de integrar às comunidades ao mundo globalizado da tecnologia no qual são exigidos um alto nível de competências e conhecimentos particulares das “civilizações modernas” como é a escritura. Esta visão eurocêntrica da escritura tem suas origens no século XVI, na época das colonizações dos povos de América e se afasta das concepções tradicionais da maioria das comunidades indígenas que sustentam seus valores em outro tipo de conhecimentos inter-relacionados com os ciclos da natureza e as relações humanas. Podemos falar de uma ideologia da modernização/instrumentalização das línguas ágrafas ao considerar que toda língua precisaria de um código escrito para ser valorizada e poder entrar no mundo do mercado com um “valor simbólico” (BORDIEU, 1995). É evidente que ante a tentativa de codificar uma língua ágrafa para a legitimar dentro do projeto dos estados nacionais, nos enfrentamos com uma série de questões ideológicas que sustentam as decisões e as aplicações das medidas para normatizar e legitimar tanto as línguas hegemônicas como as línguas indígenas.

No caso da América Latina os processos de letramento dos indígenas na época das colônias espanhola e portuguesa se desenvolveram com uma lógica de imposição política e religiosa que evidenciaram uma *“trágica ruptura con la oralidad a la que –la escritura- despoja de sus funciones tradicionales y hasta cambia los propios contenidos de las lenguas nativas”* (LANDABURU, 1998)ⁱⁱⁱ. Ainda, depois das independências, os indígenas se vem confrontados com os estados nacionais, o que provoca um des-

encontro mais bem violento e que causa o apagamento dos conteúdos da memória ancestral passados de forma oral de geração em geração.

Assim, observamos um panorama fértil para o estudo das IL presentes nos processos de “modernização” das línguas de base oral. Esses processos não vão além do nível do planejamento do corpus, o que equivale a estabelecer códigos puramente instrumentais das línguas indígenas; nos perguntamos então com Inge Sichra (2005) “*si estas normas de poder no están nuevamente establecidas por la sociedad hegemónica, por una academia de la lengua (indígena) con miembros no indígenas*” (INGE, 2005: 9).

Em definitiva, os estudos sobre ideologias linguísticas ao respeito da relação dialógica entre línguas e política, pode ser de grande ajuda para compreender melhor uma problemática que atinge diretamente à diversidade linguística como um tema de importância primordial na mesa de discussão dos processos de reconhecimento da conformação pluriétnica dos estados nacionais dentro da lógica da modernidade neoliberal. Em consequência, os direitos linguísticos e culturais dos indígenas deveriam levar em conta os conhecimentos baseados nas suas próprias culturas tradicionais, nos seus próprios códigos orais -e escritos em alguns casos-. Acreditamos que é necessário ir além das tentativas por “modernizar” ou “integrar” aos indígenas e nos questionar sobre qual ou quais são os valores que os próprios falantes dão às línguas e quais são os usos e funções que lhe concedem a estas, isto para entender a postura política que eles mesmos tem diante das tentativas institucionais por legitimar e “revitalizar” suas línguas através de estratégias que valorizam principalmente a língua escrita.

Finalmente, se desde aparelhos institucionais e através de políticas linguísticas se busca –paradoxalmente- o reconhecimento da diversidade, é pertinente analisar essas propostas detalhadamente com uma visão crítica. As ideologias linguísticas não só imaginam a sociedade como também transformam a realidade quotidiana através do uso da língua. E o uso da língua esta sempre dialogando com os processos políticos e sociais de toda comunidade ou grupo étnico. Em síntese, qualquer ideologia não pode ser vista como a única verdade e sim como uma das possíveis verdades que interpretam o mundo (PHILIPS, 2012), de aí a utilidade de integrar a dimensão política e a dimensão semiótica dos conceitos da antropologia linguística, como o de etnia ou comunidade linguística, por exemplo, à teoria sobre as ideologias linguísticas.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de cultura económica, 1993.
- BONFIL BATALLA, Guillermo. El concepto de indio en América. In *Anales de antropología*. México: instituto de investigaciones antropológicas de la UNAM, 1972.
- BOURDIEU Pierre. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Gallimard, 1982.
- CIVALLERO, E. Voces en el silencio. *BIBLIOS*, No. 25-26, Argentina, Universidad nacional de Córdoba, jul. – dic. 2006.
- DA MOITA L. Luiz Paulo (org). *Por uma linguística indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.
- DEL VALLE, José (ed.). *Glotopolítica, ideología y discurso: categorías para el estudio del estatus simbólico del español, en La lengua, ¿patria común? Ideas e ideologías del español*. Madrid: Vervuert Iberoamericana: 13-30, 2007.
- HAMEL, Rainer Enrique. *Políticas y planificación del lenguaje: una introducción*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1993.
- INGE Sichra. ¿Qué hacemos por las lenguas indígenas? ¿Qué podemos hacer? ¿Qué debemos hacer? Reflexiones sobre la práctica y planificación lingüística. In *Revista de educación intercultural bilingüe* Quinasay, nº3:161-81, 2005.
- IRVINE, J.T., GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In KROSKRITY, Paul V. (ed.) *Regimes and language ideologies, politics and identities, American research Press*. Oxford James Carrey: 17-42, 2000.
- KROSKRITY, Paul V. (ed.) Regimenting languages, languages ideological perspectives. In *Regimes and language ideologies, politics and identities, American research Press*. Oxford James Carrey: 1-17, 2000.
- LAGARES Xoán. “As minorias linguísticas, as políticas normativas e os mercados. Uma reflexão a partir da língua galega”. In BAGNO M; LAGARES X. (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. Rio de Janeiro: Parábola, 169-192, 2011.
- MARCONI, S. MEINHOF, U., Linguística aplicada na África. Desconstruindo a noção de língua. In DAMOITA LOPEZ Luiz P. (org) *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 191-213, 2006.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra a vista: discurso do confronto: novo e velho mundo*. São Paulo: Universidade estadual de Campinas, 1990.
- PHILIPS, S. Ideologías lingüísticas en instituciones de poder. In SHIEFFELIN B., WOOLARD, K. KROSKRITY: (Eds.) *Ideologías lingüísticas. Practica e teoria*. España, Catarata: 274-29, 2012.

RIBEIRO DA SILVA, E. *A pesquisa em política linguística. Histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos*. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

WOOLARD, Katharyna. La autoridad lingüística del español y las ideologías de la autenticidad y el anonimato. In José del Valle (ed). *La lengua, ¿patria común?* Vervuert: Iberoamericana, 2007: 129-142

ⁱ Dados obtidos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e da CDI (Comisión Nacional para el desarrollo de los pueblos indígenas) no caso do México. Disponíveis em: <http://www.funai.gov.br/> e <http://www.cdi.gob.mx/index.php>

ⁱⁱ antropólogo Bonfil Batalla, (1970-71) estuda condição indígena analisando “a categoria supraétnica” de “índio” dada aos grupos de maneira generalizante na época da colônia, relegando-os a uma condição uniforme e geral sem reconhecer a diversidade cultural e linguística desses grupos.

ⁱⁱⁱ LANDABURU, J., “Oralidad y escritura en las sociedades indígenas”, em LOPEZ, L.E. e JUNG I. (comps), *Sobre las huellas de la voz*, Versão digital de ebook sem numeração de páginas.